

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-RN - 28/02/2020- 9h

Câmara Municipal – Várzea Paulista/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAA Atibaia e Região	Paulo Eduardo Mamede (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T) Natália de F. Colesanti Perlette (S)
Associação Renovar	Rodrigo de Melo Nunes (S)
CRDS	Henrique Bellinaso (T)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T) Franciscus J. Maria Schoenmaker (S)
DAAE Rio Claro	Márcio Afonso Brunini Frandi (T) Matheus Henrique Gonçalves (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina H D e Simões (T) Cláudia Debroy de Campos (S) Thalia Rodrigues
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli (T) Gabriel H. K. Siqueira
Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO)	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Cleide de Oliveira (S)
Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)	Maria Lúcia Solera (T) Gabriel Queiroz de Souza
IZ/APTA	João José A. de A. Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (S)
P.M. Campo L. Paulista	Maria Karolina da S.Tamberlini (T)
Prefeitura Municipal de Itupeva	Anderson N. Bastos (T) João Paulo Vieira (S) Luiz Moraes
P.M. de Jaguariúna	Pamela Bartulic Tieppo (T)
P. M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (T)
P.M. de Joanópolis	João Henrique F. F. da Silva (S)
P. M. de Jundiá	Ana Maria Martins R. Pinto Pires (T)
P. M. de Mairiporã	Ernesto José Marques Domingues (T) André Souza
Prefeitura Municipal de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T) Juliana González Grangnani (S)
Prefeitura Municipal de Várzea Paulista	João José de Lima (T) Rafael Tamberlini (S) Claudemir Santos Gonçalves (S) Celso Renato Sibirel Luiz A. Pacanaro – Comunicação Clodoaldo Silva – assessor prefeito Juvenal Rossi – prefeito municipal Nilson R. Coleti – Comunicação Freire César Shimizo / Samuel C. Souza / Rubens A. Bittencourt Laércio Bifani / José C. Bon Jone
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SANASA	Natália de F. Colesanti Perlette (S) Amanda Alves de Lima (S)

SIMBIOSE	José Guedes Fernandes Neto (T)
SIMA / CFB	Julia Carolina Fatuch (S)
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Rosani Franco de Faria Novaes (T)

Membros Ausentes (Entidades)
APTA / Vera Salazar
BRK Ambiental (*)
Caminho Verde
CETESB solicitaram desligamento
Consórcio PIRAÍ / Francisco Antonio Moschini
CDA / SAA
DAEE / Walter Antônio Beccaro
INEVAT / Francisco Antonio Moschini
Instituto Biológico
Instituto de Pesca (IP)
Maluna Soluções Ambientais (*)
Prefeitura Municipal de Analândia
P.M. de Campinas / Gabriel Dias Mangolini (S)
Prefeitura Municipal de Capivari (*)
Prefeitura Municipal de Charqueada
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
Prefeitura Municipal de Hortolândia
Prefeitura Municipal de Itatiba (*)
P.M de Limeira / Raquel Schmidt (T)
P.M. de Nova Odessa / Aryhane Massita (T)
Prefeitura Municipal de Paulínia
Prefeitura Municipal de Rio Claro
P.M. de Salto / Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
Prefeitura Municipal de Vinhedo
PUC Campinas / Duarcides Ferreira Mariosa (T)
SAAE Indaiatuba / Ildo de Sousa Dias (T)
SABESP / Adilson Octaviano (T)
SINDICAL (*)
TNC
UNICAMP
UNICAMP/FEA
UNICAMP / IB
UNIMEP

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Kaique Duarte Barreto
Instituto IPÊ	Alexandre Uezu / Simone Tenório / Paulo Roberto Ferro
Prefeitura Municipal de Piracaia	Hélio F. A. Varela

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-RN - 28/02/2020- 9h

Câmara Municipal – Várzea Paulista/SP

1. Pré-reunião: A pauta, a convocação e demais documentos foram enviados previamente aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura da 94ª Reunião Ordinária, Recepção e Credenciamento, Coffee-break (item 1 da pauta):** Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2020, nas dependências da Câmara Municipal do município de Várzea Paulista, em Várzea Paulista, SP, foi realizada a 94ª Reunião Ordinária da CT-RN, iniciando-se com um coffee-break de confraternização e recepção aos membros presentes das 9:00 as 9:30 h. Foi dado um boas-vindas pelo coordenador da CT-RN, Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) que rapidamente explanou sobre a pauta da reunião, passando em seguida a palavra aos anfitriões Prefeito Juvenal Rossi (PV) e João José Lima para que fizessem uma mensagem de boas-vindas e uma apresentação institucional. Conforme noticiado também pelos meios de comunicação do município “*Várzea Paulista sedia Câmara Técnica de Recursos Naturais e apresenta trabalhos ambientais - Pela primeira vez, cidade sediou uma das Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias PCJ; representantes divulgam ótimo índice de esgoto afastado e tratado e despoluição recente do Rio Jundiá.*” - A Prefeitura de Várzea Paulista sediou, na sexta-feira (28), a Câmara Técnica do Comitê de Bacias PCJ (dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá), na Câmara Municipal. Com representantes de nove cidades e 22 instituições como entidades e associações, o primeiro encontro do Comitê feito na cidade, o prefeito Juvenal Rossi e o gestor de Meio Ambiente, João de Lima, mostraram conquistas ambientais do município. Entre as medidas, o alcance de 94,4% de esgoto coletado e tratado, e a outorga para a coleta de 100 litros por segundo de água ao abastecimento da cidade, após a despoluição do Rio Jundiá, foram divulgados. “*Sei da importância das câmaras temáticas para vários avanços que tivemos nos últimos anos e não podemos retroceder em relação ao que já conquistamos. Várzea Paulista é um exemplo de que esse trabalho de formiguinha dá resultado*”, declarou Rossi. Segundo o prefeito, no início de seu primeiro mandato, em 2013, a cidade tinha 3% de esgoto coletado e tratado. O salto para os atuais 94,4%, um dos melhores percentuais do Brasil, foi possível mediante diversos esforços da Prefeitura em parceria com a Sabesp, inclusive a conquista da moderna ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) em novembro de 2013. Em 2014, ao longo de uma das maiores secas do estado, Várzea Paulista conseguiu outorga ambiental para coletar 100 litros por segundo de água do Rio Jundiá e destiná-la a tratamento e abastecimento — sequer precisou haver rodízio de água na cidade. “*Essa medida mostrou a municípios vizinhos que era possível tentar isso, após a despoluição do Rio Jundiá, empreendida em nossa cidade*”,

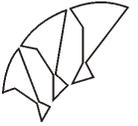
disse o prefeito. Essas medidas de sucesso renderam inclusive um prêmio ao Município, em abril de 2018: o Prêmio Excelência no Atendimento de Água e Esgoto, oferecido pela Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental). Outra medida é o reflorestamento em 6 km de margens do Rio Jundiá, entre as divisas com Campo Limpo Paulista e Jundiá. São 15 mil mudas de árvores plantadas. “*Temos árvores em vários estágios, inclusive algumas já formadas*”, afirmou o gestor João de Lima. Fonte: <https://portal.varzeapaulista.sp.gov.br/2020/02/28/varzea-paulista-sedia-camara-tecnica-de-recursos-naturais-e-apresenta-trabalhos-ambientais/>. Foto - Plenária da CT-RN assistindo a fala do Exmo. Sr. Prefeito de Várzea Paulista, Juvenal Rossi.



Entre outros assuntos abordados no encontro, foi apresentando o projeto Semeando Água, que tem como objetivo principal o reflorestamento de áreas degradadas com foco em propriedades rurais. Os professores Simone Fraga e Alexandre Uezo, do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) querem divulgar a iniciativa e buscam possíveis parcerias, para a ampliação do projeto. Por fim, houve espaço para discussão de desafios e estratégias para 2020 e 2021, em todas as cidades das bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. **Trabalho regional e perspectiva** - O prefeito também ressaltou a importância do pensamento sem fronteiras entre os municípios e declarou ser importante avançar na discussão ambiental. “*É preciso trabalhar na mudança comportamental, para que os geradores de resíduos sejam conscientes e responsáveis pela destinação final desses materiais, por meio da logística reversa*”, defendeu. **Sobre a Câmara Técnica de Recursos Naturais** - Realizada a cada dois meses em diversos municípios das bacias PCJ, a reunião sempre permite a discussão do que já é feito nos diversos municípios, adaptações necessárias a novas leis ambientais e possíveis medidas a serem implantadas. Após a definição nas câmaras, algumas ações precisam ser levadas para a votação da reunião plenária do Comitê de Bacias PCJ, na qual se faz a votação final para definir se as

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-RN - 28/02/2020- 9h

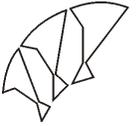
Câmara Municipal – Várzea Paulista/SP

ações serão empreendidas ou não. A Prefeitura de Várzea Paulista também participa de outras três câmaras do comitê, também realizadas a cada dois meses, em diversas cidades: Câmara Técnica de Educação Ambiental, Câmara Técnica de Saneamento e Câmara Técnica de Outorgas e Licenças. No final da apresentação foi feito um comentário sobre a **Serra do Mursa** e os embates com a pressão de construção de novos loteamentos que podem prejudicar o meio ambiente local; **3. 10:30 h - Projeto Semeando Água / ESCAS - Instituto IPÊ (Nazaré Paulista) (item 3 da pauta) – O** Coordenador João Demarchi (IZ/APTA/SAA) comenta sobre viagem para o município de Nazaré Paulista para participação de reunião no Instituto Ipê no dia 20 de novembro de 2019 em função de convite feito pela Sra. Simone Fraga Tenório P. Linhares. Estavam presentes representantes do Instituto Ipê, Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista, SABESP e Comitês de Bacias PCJ. A partir desse encontro temos avançado na tentativa de criarmos um Termo de Cooperação entre a Agência de Bacias PCJ (Comitês PCJ) para desenvolvermos a Política de Mananciais PCJ na região do Sistema Cantareira, bem como criarmos um novo polo de capacitação para membros dos Comitês PCJ. Acredita-se que essa ação será extremamente benéfica para a região deste grande manancial. O representante do Ipê, Sr. Alexandre Uezu, pesquisador e professor da ESCAS, coordenador do projeto **SEMEANDO ÁGUA BOA**, fez uma apresentação desse projeto aos presentes, salientando que este projeto tem como objetivo disseminar práticas sustentáveis que contribuem para o aumento da renda do pequeno produtor rural e ao mesmo tempo ampliam a conservação dos recursos hídricos, o que soma esforços para a segurança hídrica do Sistema Cantareira. Da mesma forma pode contribuir para a recuperação de corpos hídricos em municípios que abrangem o Sistema Cantareira, por meio de atividades direcionadas a comunidades locais, que envolvem práticas de extensão rural, capacitação e educação ambiental. O projeto que está no segundo ciclo atua em cinco frentes: Manejo de Pastagem Ecológica, Restauração Florestal, Educação Ambiental, Políticas Públicas e Comunicação em oito municípios do Sistema Cantareira: Bragança Paulista, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista e Piracaia, em São Paulo, além de Camanducaia, Extrema e Itapeva, em Minas Gerais. **Semeando água no Sistema Cantareira:** A retirada das florestas é a principal causa da perda de muitos serviços ecossistêmicos, como a qualidade da água e redução da biodiversidade. As medidas para controlar este problema passam pelo reflorestamento no entorno de rios e nascentes e pela conservação do solo nas áreas com uso agropecuário. Para reverter esse processo, o IPÊ selecionou pequenos proprietários de áreas rurais dos municípios de Mairiporã,

Nazaré Paulista, Joanópolis, Piracaia, Bragança Paulista e Itapeva (São Paulo) e Extrema e Camanducaia (Minas Gerais) para participarem da iniciativa. Nessas cidades, as propriedades parceiras foram selecionadas de forma estratégica, a fim de conservar os corpos d'água e a biodiversidade ali existentes. Tais localidades, além de concentrarem nascentes, possuem áreas florestais que abrigam espécies ameaçadas de extinção e que formam um corredor florestal entre as Serras da Cantareira e Mantiqueira. Junto com os proprietários, o "Semeando Água" influencia para as melhores práticas de uso do solo que contribuam para a conservação dos recursos hídricos (restauração florestal e manejo de uso de solo). Além disso, realiza atividades de sensibilização ambiental junto às comunidades locais onde as atividades técnicas de campo são realizadas com palestras, fóruns e reuniões que informam as comunidades sobre a importância ecológica dos municípios e sobre como é possível conservar os remanescentes ambientais. Fonte: <https://semeandoagua.ipe.org.br/> - O projeto "Semeando Água" é patrocinado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental, que atua em temas socioambientais relevantes para a empresa e para o país, articulando iniciativas que contribuam para criar soluções e oferecer alternativas com potencial transformador e em sinergia com políticas públicas. Este projeto é muito similar nos seus princípios com a Política de Mananciais PCJ, o que pode facilitar bastante a viabilidade do Instituto Ipê se tornar uma instituição colaboradora da Política de Mananciais na região do Sistema Cantareira, auxiliando não só no município de Nazaré Paulista, mas também em todos os demais. A SABESP também é parceira do Instituto neste projeto, especialmente para o combate e prevenção dos incêndios e da deterioração das áreas restauradas pela presença de animais em pastejo. Há uma expectativa ruim em relação à continuidade do patrocínio da Petrobras, por isso é fundamental que outras fontes de recursos sejam exploradas, como o dinheiro da cobrança pelo uso da água; **Com a apresentação da Sra. Simone Tenório a ESCAS – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade** realiza Cursos de Curta Duração desde 1996. A maioria destes cursos reflete os conhecimentos adquiridos pelo IPÊ em seus projetos de pesquisa, transformando o conhecimento acadêmico em ferramentas aplicáveis para a conservação socioambiental. Instrutores com grande reconhecimento acadêmico e de mercado desenvolvem temas como Biologia da Conservação, Ecologia de Paisagem, Sistema de Informação Geográfica, Ferramentas da Ação Participativa, dentre outros. Os cursos são realizados na sede da ESCAS, em Nazaré Paulista (SP), em local inspirador e de grande interação com o meio natural, e também IN COMPANY.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-RN - 28/02/2020- 9h

Câmara Municipal – Várzea Paulista/SP

Curso Curta Duração - Os cursos de curta duração refletem os conhecimentos adquiridos pelo IPÊ em seus projetos de pesquisa transformando o conhecimento acadêmico em ferramentas aplicáveis em conservação socioambiental. MESTRADO - Um mestrado profissional de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável é um novo modelo de operacionalização da formação voltada para a gestão social, a implementação de tecnologias e para o setor público, o terceiro setor e a produção industrial. MBA - O foco deste curso de Gestão em Negócios socioambientais é capacitar profissionais em transição de carreira, empreendedores e jovens executivos no desenvolvimento de novos modelos de negócios, comprometidos com a sustentabilidade. CURSOS IN COMPANY - Nós Vamos até você! A ESCAS tem levado os cursos desenvolvidos com sucesso nos últimos anos para diferentes partes do Brasil. Saiba mais sobre este modelo de capacitação! UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS - Desde sua criação, a ESCAS vem fazendo parcerias com universidades estrangeiras para receber estudantes em cursos de extensão com temas focados em conservação, sustentabilidade e outros; **4. 12:30 h Secretaria (item 2 da pauta):** Colocada em discussão, a minuta de ata da 93ª Reunião Ordinária realizada no Consórcio PCJ em Americana foi aprovada por unanimidade. Foram apresentadas novas indicações; Novas indicações aprovadas pela plenária durante a reunião: **4.1. Ofício GSAA/SAA/000585 (expediente SAA nº 1911/2019)** indicando o Sr. Henrique Bellinaso como titular e os Srs. (as) Tatiana Marsola Piovezani, Flávia Vasques e Denis Herrison da Silva como suplentes da CDRS na CT-RN; e os Srs. João José Demarchi como titular e José Evandro de Moraes como suplente do Instituto de Zootecnia na CT-RN; **4.2. Ofício CCT-02/2020 de 18/02/2020** indicando a Sra. Rosani Franco de Faria Novaes como titular e os professores João Carlos Gabriel, Jorge Luiz Paixão Filho, Larissa Ferrer Branco, Eduardo Papamanoli Ribeiro, José Geraldo Romanello, Luciano Assis e Márcia Brandão Carneiro Leão como suplentes da Universidade Presbiteriana Mackenzie; **4.3. Ofício CETESB 048/2020/P de 15/01/2020** alterando as indicações nos Comitês PCJ, não sendo mais indicado nenhum representante para a CT-RN; ; **4.4. Ofício DAAE de Rio Claro de 20/01/2020** indicando o Sr. Márcio Afonso Brunini Frandi como titular e os Srs. Miguel Madalena Milinski e Matheus Henrique Gonçalves como suplentes do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro na CT-RN; **4.5. Ofício IB 06/2020 de 20/01/2020** indicando a Profa. Juliana L.S. Mayer como titular e o Prof. Mathias Mistretta Pires como suplente para representar o Instituto de Biologia da UNICAMP na CT-RN; **4.6. Ofício BMT nº 1008/2019 DAAE 05/09/2019** indicando apenas o Sr. Walter

Antonio Beccaro como representante titular do Departamento de Águas e Energia Elétrica na CT-RN; **4.7. Ofício sem número de 02/12/2019** indicando o Sr. José Guedes Fernandes Neto como titular e as Sras. Marina Koketsu e Cláudia Debroi de Campos para como representantes suplentes da SIMBIOSE (Serra do Itapetinga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos) na CT-RN; **4.8. Ofício 15.2020 de 27/02/2020** indicando o Sr. Ernesto José Marques Domingues como titular e os Srs. Antônio Shigueyuki Aiacyda e Alexandre Kise como representantes suplentes da Prefeitura Municipal de Mairiporã na CT-RN; **4.9. Ofício 13/2020 de 20/01/2020 do Gabinete do Prefeito de Itatiba** indicando o Sr. Pedro Carvalho Neto como titular e o Sr. Giuliano Gabrielli como representante suplente da Prefeitura Municipal de Itatiba na CT-RN; **4.10. Ofício sem número INEVAT de 31/01/2020** indicando o Sr. Gilberto Pereira de Oliveira como representante suplente do Instituto de Estudos Vale do Tietê – INEVAT na CT-RN e **4.11 Ofício 002/2020 de 27/02/2020** indicando o Sr. Ney Pinto França como representante titular da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade – AAMHOR na CT-RN; **INFORMES: 4.12. Plano de Bacias** - Todos os membros devem acessar os Cadernos Temáticos (site: <https://plano.agencia.baciaspcj.org.br/>) para análise e manifestação. Estes cadernos são parte integrante da atualização do Plano de Bacias dos Comitês PCJ. Haverá audiência pública e o que esperamos é um maior comparecimento dos membros das Câmaras Técnicas; **4.13. Regimento Interno da CT-RN / Regimento Geral** – após decisão da Secretaria Executiva dos Comitês de Bacias PCJ, o regimento interno da CT-RN enviado para aprovação foi transformado em um documento básico para atualização do Regimento Geral das Câmaras Técnicas que será utilizado por todas as CT's que não precisarão mais de regimento interno conforme previsto anteriormente pelas deliberações pertinentes; **4.14. PPG Gerenciamento de Recursos Hídricos – CPG / FUMEP** – INDICADO como representante da CT-RN no primeiro semestre de 2020 para cursar essa pós-graduação o Sr. Marcelo Eric de Almeida Santos da Prefeitura Municipal de Charqueada; **4.15. CONSÓRCIO PCJ** comunica realização de evento no dia 25 de março de 2020 no Instituto de Zootecnia em Nova Odessa intitulado ÁGUA E RESÍDUOS NA AGENDA 2030; **4.16. CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH** – A Política de Mananciais PCJ / GT-Mananciais terá um representante na Câmara Técnica de Proteção das Águas , criando grande oportunidade de aumentar a visibilidade dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos no âmbito dessa política pública de proteção e conservação dos mananciais. A Sra. Meire Bassan Menezes (CT-Rural) da Prefeitura

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-RN - 28/02/2020- 9h

Câmara Municipal – Várzea Paulista/SP

Municipal de Limeira será a nossa representante titular nessa câmara técnica; **4.17. GOOGLE** - Governo de São Paulo firma parceria inédita com o Google para mapear digitalmente propriedade e estradas rurais do Estado de São Paulo – Programa Rotas Rurais com o objetivo de colocar no mapa 2 milhões de pessoas que passarão a ter endereço, promovendo o desenvolvimento do agronegócio e levando mais segurança ao campo; **4.18. – SANEAMENTO RURAL** - Governo Federal lança Programa Saneamento Brasil Rural por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O Sr. Petrus apresentou um documento justificando a importância do assunto e solicitando que as câmaras técnicas se engajem neste projeto (O Saneamento Rural no PCJ); **5. 12:30 h - Palavra Aberta / Outros assuntos / Comentários Finais (item 5 de pauta):** os coordenadores dos GT - Mananciais (Henrique Bellinaso - CDRS) e GT - Áreas Protegidas (Cristiano Krespky - ARIE Mata de Santa Genebra) fizeram um pequeno resumo das ações realizadas dentro dos seus respectivos grupos de trabalho, atualizando a plenária da CT-RN sobre as ações que vem sendo desenvolvidas dentro dos grupos de trabalho (GT). Pediram a palavra e se manifestaram sobre os assuntos tratados, Profa. Luiza (Jaguatibaia), Hélio (Prefeitura Municipal de Piracaia), José Guedes Fernandes Neto (SIMBIOSE), principalmente sobre a concorrência dos mercados para produção orgânica, sensibilidade dos mercados para produtos consumidos de origem orgânica, silvicultura com espécies nativas, a proteção da Serra do Mursa, a exploração de reservas legais com espécies madeireiras e frutíferas, a transição agroecológica e outros assuntos; **6. 13:00 h - Encerramento:** Exatamente as 13 h, conforme previsto na programação inicial, o coordenador da CT-RN, João José Demarchi, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 94ª reunião ordinária, desejando bom retorno a todos os presentes.



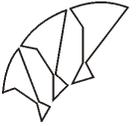
João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Petrus Weel
Coordenador-adjunto da CT-RN

Henrique Bellinaso
(Cláudia Grabher)
Secretários da CT-RN

DOCUMENTO ANEXO

Petrus Weel / Silvia Weel - O Saneamento Rural no PCJ
- Este documento pretende justificar e motivar as Câmaras Técnicas a se engajarem com o recentemente lançado, Programa Saneamento Brasil Rural, que estará disponibilizando R\$ 218 bilhões em investimentos em saneamento rural para os próximos 20 anos. Os benefícios de tal programa para a zona rural de nossas bacias incluem em qualidade de vida, acesso à água mais limpa e produção de alimentos saudável pelo produtor rural. Precisamos prever ações de saneamento rural no Plano do Comitê para viabilizar o acesso ao recurso. A previsão de falta de água para consumo humano, animal, irrigação e industrial nas bacias PCJ, levou um grupo intitulado como “*Malucos pela Água*” ao Comitê a elaborar e executar um plano de saneamento urbano com resultados na mudança de enquadramento de todos os rios e córregos da bacia para a Classe 2 até 2035. O novo Caderno Temático de “Conservação e uso do solo e água no meio rural e recomposição florestal”, em seu eixo temático 3 - Saneamento Rural: há uma previsão de alocação de recursos. É uma pequena verba por hora, que impede que o novo plano do Comitê contemple ações de saneamento na zona rural já em sua totalidade. Entretanto, no mês de Dezembro de 2019, o presidente do país lançou o Programa Saneamento Brasil Rural, que prevê a universalização do saneamento básico nas áreas rurais, sob responsabilidade da FUNASA. Nas bacias PCJ a população residente na zona rural é de 336.410 pessoas (IBGE 2010), equivalente a apenas 5,9% da população total de 5.700.000 destas bacias. Assim sendo, apesar de não haver recursos no exato momento no Comitê ou municípios para o saneamento rural que restringem as propostas de ações na temática para o próximo plano, há a possibilidade de acesso ao recurso do Governo Federal ao longo dos próximos 20 anos. Há uma enorme oportunidade de investimentos junto aos municípios de viabilizar a execução de atividades com recursos já aprovados pelo presidente em Portaria. Entendo que a



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-RN - 28/02/2020- 9h

Câmara Municipal – Várzea Paulista/SP

impossibilidade de previsão de recursos para a execução de ações constantes em Plano não sejam impedimento para que manifestações espontâneas e imprevistas de parcerias e recursos ocorram ao longo do Plano de Bacias 2020-2030. O caso recente da parceria e *input* de recursos da Rota das Bandeiras e SOS Mata Atlântica no período do Plano de Bacias 2010-2020 são bons exemplos da flexibilidade que o Plano tem em receber novas ações que não estavam até então previstas. Entretanto, sugiro que a inclusão de ações e recursos no novo Plano de Bacias considere a disponibilidade deste recurso para o saneamento rural, garantindo que este documento oficial (Plano) contenha justificativas para acesso ao recurso, considerando a intenção de execução das ações assim como promovam maior força política e abertura para projetos sobre a temática para os próximos 10 anos. Importante mencionar que já existem diversas experiências de execução de sistemas de tratamento de esgoto na zona rural de nossas bacias, incluindo projetos municipais de adequação ambiental rural, Projeto Nascentes, sistemas já instalados em Holambra, programas da Embrapa, entre outros. Finalmente, o Caderno Temático de “Conservação e uso do solo e água no meio rural e recomposição florestal”, em seu eixo temático 3 - Saneamento Rural, apresenta um cronograma de implantação do programa, em que no item 3.1.1, está previsto para durar 4 anos, já está praticamente realizado em uma publicação “Tratamento de esgotos domésticos em comunidades isoladas”, realizado pela Unicamp, ABES e diversos parceiros. É necessária a divulgação deste material que pode ser encontrado no site: (http://www.fec.unicamp.br/~saneamentorural/?smd_process_download=1&download_id=563). **Saneamento Rural como um direito fundamental:** Internacionalmente, o saneamento básico é reconhecido como um direito humano fundamental separado do direito à água potável, uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 2016. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e por lei, sendo este o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. - Política Federal de Saneamento Básico - Lei 11.445/2007: tem como uma de suas diretrizes a garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares. **HISTÓRICO DO SANEAMENTO RURAL HOLAMBRA** - 1993/1994; “Os malucos pela água” implantaram a organização que providencia a água limpa, captação e tratamento de esgoto nas Bacias PCJ nas áreas urbanas. 2012/2013 - O Ministério

Público fez um TAC com o município de Holambra para fazer o saneamento de toda a área rural. 2015 – Holambra começa a estudar como fazer essa ação. Numa visita que a ANA fez ao município foi pedida ajuda para implantar o saneamento rural. Foi feito um Termo de Referência. 2015/2016 – Começa um estudo para um Plano de Saneamento para o município. 2016/2017 – Implantação de um *wetland* para 300 pessoas com dinheiro proveniente da Holanda, iniciativa particular e da Prefeitura Municipal. (97% de limpeza da água com esse sistema de *wetland*. 2017 – Plano de Saneamento Rural ficou pronto – livro; 2017 – A ANA ajudou através do Projeto Nascentes fornecendo 167 biodigestores; 2018 – A ABES fez um Termo de Referência para Saneamento Rural (Silvia Weel); 2018 – Primeiro contato com a FUNASA no Congresso Mundial da Água realizado em Brasília. Participaram o Prefeito Municipal Fernando de Godoy (Holambra), o Presidente da Agência PCJ Sérgio Razera, o Coordenador da CT-Rural João Baraldi; Petrus Weel e outros; 2019/2020 – Prefeitura de Holambra e FUNASA fizeram algumas reuniões para obter como resultado um projeto para toda a área rural das Bacias PCJ. No Caderno Rural tem um eixo temático sobre saneamento rural, abrindo espaço no Plano de Bacias para investimentos neste tema. Abrange 336.410 pessoas (IBGE 2010 - 5,9% da população das Bacias PCJ), 84.000 Casas. Custo do Programa R\$ 154.000.00. Por casa R\$1847,00; 2019 – O Governo Federal lança o Programa “SANEAMENTO BRASIL RURAL” com verbas previstas de R\$219.000.000.000,00 para um período de 20 anos. Politicamente tem pressa porque o Brasil quer entrar na OCDE e precisa se comprometer com saúde e saneamento. A UNICAMP tem tecnologia pronta para o saneamento rural. Como o PCJ já tem parcerias com a SOS Mata Atlântica, por exemplo, poderá fazer ainda mais com investimentos mais baixos que o previsto para resolver o problema.